

O TRONO E O ALTAR NA MESMA CRUZADA *

(Algumas considerações a propósito de correspondência trocada entre Pina Manique e D. Fr. Caetano Brandão)

Por Aurélio de Oliveira

D. Fr. Caetano Brandão, vindo dos Sertões do Pará para Arcebispo de Braga em 1790, e Pina Manique Intendente da Polícia desde 1780, são, sem dúvida, duas das mais importantes figuras da cena política e mental dos Fins do Antigo Regime Português.

Na verdade, Pina Manique — mais que D. Maria ou D. João — encarna e vive as grandes preocupações do ordenamento político — o Trono. D. Fr. Caetano Brandão, mais que a Patriarcal, encarna e representa o ordenamento Eclesiástico — o Altar.

Por eles passam, por isso, as grandes preocupações político-mentais destes fins de Regime anunciadores de mudanças e de novos tempos.

Será no contexto e no enquadramento global de forte perturbação mental e ideológica que ameaça atingir todas as instituições — pelo menos os dois pilares básicos tradicionais — o Trono e o Altar — que a Inquisição Portuguesa — recia, por vezes com mal disfarçada perícia o seu último grande período de actuação. Desta feita — e ainda que ao seu jeito habitual — nas mãos do seu último grande manejador — o Poder Político. Já veremos porquê, mas desde já se diga que os «interesses eclesiásticos» vão ser assumidos

* *Síntese de duas intervenções feitas ao «I Congresso Internacional sobre a Inquisição», Lisboa/S. Paulo, 1987. (Trabalho em parte realizado no âmbito do Proj. Inv. Reitoria U. Porto, n.º 99).*

e endereçados ao Trono e por este prontamente encarnados como entidade única capaz de os preservar e defender).

Como pano de fundo, encaramos a Inquisição, quer antes quer depois de 1770-1774, como um dos elementos estruturais básicos da Sociedade Portuguesa do Antigo Regime, até à sua extinção final (ainda que talvez meramente formal) em 1821*.

Elemento importantíssimo na e para a compreensão das mentalidades e das Instituições de Cultura e suas formas de concretização e materialização. Aspectos em que este postulado é mais pacificamente aceite (mesmo para aqueles que persistem em esconder e abafar o incêndio com o chapéu seco do lagareiro). Mas não só nesses aspectos. Do mesmo modo se pode e deve erigir como elemento estrutural básico do ordenamento político e social. Finalmente do próprio ordenamento económico, (Aspecto este mais questionável, sem dúvida. Todavia é indubitável que uma análise cuidadosa às mentalidades e comportamentos que vão informando estas últimas estruturas topa sempre, de frente ou de esguelha, com a sinistra luneta inquisitorial, com a pinça acutilante do Santo Ofício, agindo ou insinuando-se de formas múltiplas e várias).

Extraímos daí as razões fundamentais para algumas grandes matrizes que marcaram profundamente a realidade nacional: seja por exemplo, no campo do espírito seja no campo da praxis (quer social quer religiosa e ético-moral). No primeiro gerou a debilidade, senão mesmo a inexistência de um conseqüente e sadio pensamento ortodoxo no campo específico do nosso ordenamento político e religioso (acabando, tal ausência, por resultar nas#mais nefastas conseqüências para estes, quando o recurso à fundamentação filosófica e racional lhes veio a ser vital). Com razão os compara em 1795, D. José Maria de Lucena no seu «Mappa Histórico e Político do Reyno de Portugal» não «a torres e fortalezas inconquistaveis» mas «a autênticos moinhos de vento»². Obviamente também a mesma debilidade das manifestações heterodoxas, pela depuração e perseguição que lhes foi natural-

¹ E tão só, para não se falar já nos pesados ressaibos que deixou e que vão marcar ainda tão profundamente a realidade nacional pelo menos até meados do Século XIX.

² D. José Maria de Lucena, *Mappa Histórico e Político do Reyno de Portugal (1795)* Intr. e notas de Aurélio de Oliveira. Porto. 1974, p. 40.

mente movida — (não pelas armas da Razão e da Crítica mas apenas por esse elemento punitivo externo). Daí, segundo penso, a fragilidade, mesmo até, a inexistência de obras de teoria política e/ou ideológico-mental que pudessem nascer e fortalecer-se em qualquer dos campos (ainda que por motivos diferentes, naturalmente). Como corolário final e genérico pode dizer-se que o Comentário e a Apologia se substituíram à Crítica e a Reflexão³.

No segundo (no campo da praxis e conduta social e mesmo da própria prática religiosa) virá a contribuir fortemente para a dissolução e a corrupção dos costumes sobretudo e essencialmente por parte daqueles que se sentiam protegidos pelo Sombreiro do Santo Ofício, ou que supostamente colaboravam e eram mantenedores da «Ordem» estabelecida:

— Clero em primeiro lugar e suas vastas e influentes clientelas, depois. Aqui deve buscar-se — creio — uma forte componente para a explicação e compreensão dessa onda de desordem mental, de relaxação de costumes, e dessa oleada de ignorância (acompanhada do conseqüente fanatismo) que submergiu a quase totalidade do clero nacional (e não só, como será evidente).

Nestes contextos qualquer dedo acusatório, seria — como foi — naturalmente entendido como manifestação de anti-clericalismo, logo, de perigo para a Igreja (e para o Estado). Esta «confiança» esta «segurança», esta «protecção» (abusiva) do elemento eclesiástico, ou sagazmente utilizada pelo elemento eclesiástico (e seus apaniguados) seria avassaladora e deixaria o campo aberto para todas as «experiências» e condutas. Daí que, como resultado final nenhuns sintomas de Reforma — dignos de nota — tenham saído do Grémio eclesiástico — salvo casos esporádicos e muito pontuais — que, aliás, seriam rapidamente isolados. E terá mesmo — face ao patente descabro — de ser o Trono a avançar com algumas acções concretas de Reforma (ainda que também de alcance muito limitado). Assim acontecerá com D. Maria ao criar para o efeito em 1789 uma *Junta* (para o melhoramento temporal e espiritual das Ordens Regulares) (e pese embora o terem-se frus-

³ Em todos os campos: da Filosofia e Teologia à inofensiva Agiologia. Cf. por todos António Alberto de Andrade, *Verney e a Cultura do seu tempo*. Coimbra, 1966; J. S. da Silva Dias, *Portugal e a Cultura Europeia (Séculos XVI e XVIII)*, Sep. de «Biblos» Coimbra, 1973. Ainda Duarte Manuel P. S. Klut, *Ribeiro Sanches Alguns aspectos da sua Pedagogia*. Porto, 1969.

trado os seus objectivos e os abusos se tenham mesmo agravado)!

Mais tarde será o Intendente a intervir energicamente nesse campo que à partida deveria estar reservado à acção das autoridades eclesiásticas⁴. D. José Maria de Lucena, — entre outros naturalmente⁵ é um observador atento de semelhante situação e conclui: «a muita riqueza (do clero em geral) — produz ordinariamente a ociosidade e desta procede a ignorância a qual se observa em quase todo o clero de Portugal... excepção e alguns membros que tudo o mais puro ideotismo — do qual se seguem consequências funestas em detrimento da Religião»⁶. Religião que, em verdade se desfigura, substituída pelo mero formalismo externo, a hipocrisia e às vezes o mais desenfreado utilitarismo. Eis como, classifica essa religião e essa «vivência interior»: «A religião exterior reina neles por génio e por doutrina por se acharem destituídos da verdadeira»...⁷ De modo muito sintético se classifica finalmente esse carácter e esse comportamento social dos fins do século: (os portugueses) «são *muito Romanos* (um dos três «muitos» com que define esse ambiente e essa praxis: além de «*muito ingleses* e «*muito fradescos*), porque tudo quanto vem da Cúria adoram como sacramento apesar dos grandes cabedais com que pagam esta sincera fé. Tudo para os Portugueses é dogma. (Por isso, tudo é perigo — tudo é heterodoxia). Uma simples bula ou um breve apostólico acreditam como decisão de um Concílio Geral»⁸.

Os testemunhos dados e escarpelizados pelo Arcebispo (e que se respigam ao longo das suas numerosas cartas e pastorais) seriam ainda mais drásticos e mais cáusticos⁹.

⁴ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*. Ed. Damião Peres, Porto, 1970. Vol. III, p. 136 e segs. Para última referência cf. «*Memórias para a História do Venerável Arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão*, Braga, 1968. T. II, p. 342.

⁵ De um modo geral todos os estrangeirados. E todos eles coincidem no diagrama do país. Pela acutilância e papel verdadeiramente fulcral dos seus escritos são de lembrar em primeiro plano D. Luís da Cunha e Luís António Verney. Mas poder-se-iam juntar muitos outros.

⁶ D. José Maria de Lucena, ob. cit. 36.

⁷ Idem, 57.

⁸ Idem, 56.

⁹ *Memórias para a História do Venerável Arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão*, Braga, 1868, T. II. Passim. Mas entre outras: 111, 112, 142, 144, 148, 149; 370, 426, 438, 449, 465, 470, etc.

Apesar de toda esta situação (sem dúvida debilitada) a segurança e a defesa do Trono e do Altar fez-se não à custa do pensamento e da fundamentação lógica, racional e do comportamento ético-moral, mas exclusiva e comodamente à custa de um factor externo inibitório — e pior ainda — persecutório: — o Tribunal do Santo Ofício, cujos esbirros, espalhados profusamente nas verrugas de todas as capas da sociedade — se encarregaram de vasculhar — archote em punho — todos os pirilampos da noite portuguesa.

A acção deste Tribunal foi múltipla e variada agindo ora subreptícia ora explicitamente.

Em dois modos fundamentais poderíamos sintetizar a sua acção e o seu longo reinado, correspondente, aliás, a outras tantas fases e etapas de comportamento.

Num primeiro modo e numa primeira etapa *é*: — pelo menos para a «opinião pública» — uma Instituição eclesiástica — um instrumento eclesiástico ao serviço (ou pretenso serviço) primário da Igreja (mas do qual o poder secular se serve por vezes sem grande parcimónia). É a fase que decorre até à intervenção pombalina— 1770/1774¹⁰. Numa segunda modalidade e numa segunda fase *é*, preferentemente, um instrumento do Poder Secular — posto ao Serviço deste, mas do qual o Elemento eclesiástico se serve — às vezes sem cerimónia. Assim acontece quando, a insegurança, a ausência da afirmação pela positiva se instalam ou quando apressadamente se caminha para o confusionismo entre Poder Político e Poder Eclesiástico — entre Estado e Igreja. Modelo e fase que cobre essencialmente os tempos pós-pombalinos, particularmente, os finais do Século.

Este confusionismo tornou-se ainda mais umbilical a partir da altura em que se foi delineando e definindo a presença de um perigo externo (que até aí realmente nunca existira): perigo que — dizia-se a adivinhava-se — atingia por igual os dois Poderes.

Semelhante situação e semelhante contexto veio ajudar a definir-se com novas características que até aí nunca conhecera, mesmo nos períodos mais críticos da primeira etapa — se *é* que alguma vez aí aconteceu — no contexto português e até Ibérico —

¹⁰ O Novo Regimento do Santo Ofício *é* a baliza decisiva. Publicado em 1774, desde 1770 que uma série de indícios e medidas vinham delimitando e dando outra feição ao tribunal inquisitorial.

ter sido posto em causa o ordenamento, e a Instituição Política ou Religiosa.

Em nosso entender foi este confusionismo político-religioso que se ergueu truculento após o afastamento de Pombal. Intencionalmente promovido — e até às vezes ideologicamente sustentado e proposto (as novas Ideias defendidas e propaladas por Melo Freire — são a este propósito sintomáticas e reveladoras, na sequência aliás de outros alguns «teóricos» com intervenção activa relevante, como será o caso, em primeiro plano de Fr. Manuel do Cenáculo¹¹, fê-los intervir na mesma e idêntica cruzada assumindo-se mutuamente os remoques e os ataques e, logo, empunhando também o mesmo instrumento de defesa: tradicional, fácil, eficaz — o Santo Ofício. Infelizmente também o mesmo e idêntico instrumento de afirmação e de justificação. Poder incapaz — ou Poderes incapazes — de diferenciarem e seleccionarem o tipo de crítica — ou propostas de Reforma — que lhes eram apontadas ou movidas, confundindo o essencial e o supérfluo — tratandò-os e encarando-os do mesmo modo. Incapazes, enfim, de diversificarem a sua defesa, de procurarem a fundamentação diferenciada da sua existência e da sua acção. Cairiam, mais uma vez, e por isso, frequentemente no absurdo, deste modo patenteando a sua natural e estrutural fraqueza — que se traduzia na utilização indiscriminada (e até rocambolesca — vistos alguns episódios ainda verdadeiramente trágicos¹² da mesma e idêntica muleta quer de defesa quer de afirmação. Procedimento trágico para si próprios, quando as Luzes da Razão se difundiam, quando as outras propostas de Reforma (e cada vez mais radicais) se afirmavam e conquistavam decisivamente os seus adeptos. Também aí uma das razões do descrédito e a perca acelerada de influências junto da sociedade em geral, e dos elementos mais esclarecidos em particular.

¹¹ Francisco da Gama Caeiro, *Frei Manuel do Cenáculo. Aspectos da sua actuação filosófica*. Lisboa, I.A.C. 1959 e ainda: J. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas Evêque de Beja, Archevêque d'Évora*. C.C.P. Paris, 1978.

¹² Como mero mas elucidativo exemplo cite-se o processo de que foi alvo José Anastácio da Cunha (Vide *Notícias Literárias de Portugal, 1780*. Pref. e notas de Joel Serrão, Lisboa 1971). Ainda a rocambolesca perseguição ao próprio Duque de Lafões, Abade Correia da Serra! (Cf. Theophilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa, T. III. L700 a 1800*. Lisboa, 1898, p. 113-116).

Tal confusionismo levou aqueles poderes a uma perturbação de tal ordem — apesar da debilidade dos ataques que entre nós lhes foram movidos (consideramos, na verdade, quer a benignidade quer o factor disperso e esporádico do pensamento jacobino português por comparação ao que se verificava além fronteiras) que os papéis se trocam, quase por inteiro, nessa acção de depuração e de limpeza.

Na verdade, com frequência os vemos, atrapalhados, trocando as capas e asoringas quando, tropeçando-se mutuamente, acorrem a tentar sufocar os pequenos sintomas de incêndio; uma que outra centelha de fogo, que entretanto vai caindo e que, apesar de tudo — aqui e ali vai respingando a realidade portuguesa.

Uma análise pormenorizada da acção do Trono e do Altar, mostrará, segundo pensamos, esta importante realidade. Pina Manique (que mais que D. Maria ou D. João, encarna e personifica o Estado) está por vezes mais solícito que um Patriarca ao que se passa no campo religioso, ético e mental da Sociedade. Não esquece outras realidades da governação (cujos campos frequentemente invade) mas o que nos parece mais significativo e o que mais nos impressiona é que seja o «Laico» a velar tão solícita e seraficamente pelo «Religioso». Por seu turno, outra coisa que também nos chama a atenção, é que seja um que outro elemento eclesiástico mais atento e avisado, a substituir-se, por vezes, ao Estado no campo das preocupações e realizações materiais (visando a promoção económica do País) como é o caso paradigmático — e pode dizer-se mesmo notável — do antigo bispo do Pará — quando à frente do Arcebispado bracarense entre 1790 e 1805.

Alguma correspondência trocada entre estas duas altas personalidades, bem como papéis vários do Arcebispo dirigidos a outras entidades — (como também do primeiro — deve dizer-se — para outros destinatários que não especificamente o Arcebispo) — atestam a um tempo as constantes atrás referidas, patenteiam o entrosamento e confusionismo destes dois poderes, bem como o seu modo de actuação, e ainda a interpretação que cada um faz, dos sintomas de instabilidade — ou dos pretensos gérmens do mal e do perigo.

Em dois grandes campos poderemos arrumar as preocupações do Trono e do Altar presentes nestas duas personalidades: o campo

das preocupações mentais e ideológicas; o campo das preocupações económicas.

Nas primeiras se concretizam as acções de grande aparato externo que se conhecem na sua globalidade.

Nas segundas — quase não é hábito reparar, quando se equacionam estes problemas mentais e ideológicos do fim do Antigo Regime. Cremos, porém, serem elas também uma forte realidade. Elas determinaram acções consequentes por parte de Pina Manique. Mais indirectamente e de modo menos frequente, por parte de alguns elementos do Clero mais esclarecido.

A percepção do perigo político-ideológico — não esconde nem silencia outras componentes e outros perigos que são também claramente assumidos (e os quais — de uma forma ou de outra — põem em causa o Poder). São, por isso, encarados como elementos perigosos e graves pelas repercussões que provocam. É o caso concreto e bem específico da agudização da situação económica e social. Daqui saía, de facto, o descontentamento para com os Poderes: Apelos à alteração da Ordem e da Paz social e todo o tipo de pretextos para a crítica às Instituições.

Procurarão, por isso, alguns dos mais atentos elementos do Trono e do Altar, debelar tais males, pôr-lhes travões, ainda que circunstanciais, que evitassem a derrapagem social, o seu fácil aproveitamento por esses «libertinos, ímpios e falsos filósofos que pretendem lançar por terra a Religião e a Monarquia» como dirá Pina Manique¹³. Preocupações claramente expressas e assumidas quer pelo Intendente, quer pelo Arcebispo. Assim a maior preocupação do Intendente será manter e preservar «a Bela Ordem»¹⁴, «manter os povos domesticados» (sic)¹⁵. E isto mesmo que causas ponderosas motivassem tais comportamentos, isto é, mesmo que o azorrague da miséria e das dificuldades batesse à porta. (Neste caso apelava então para que com a «Missionação» o Clero ajudasse à necessária «bela Ordem» à necessária estabilidade)¹⁶.

Tanto os múltiplos escritos como até o comportamento pessoal

^B Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (B.G.U.C.), Ms. N.º 1705. (Carta de 1798) fl. n/n.

¹⁴ B.G.U.C., Ms N.º 1705, FL n/n (Carta de 1800).

¹⁵ Idem, (Carta de 1798).

¹⁶ Idem, (Carta de 1781).

intencionalmente assumidos pelo Arcebispo são do mesmo excelentemente demonstrativos: em face do luxo exuberante e provocatório dessa Segunda Corte do Reino que era o Paço Arquiepiscopal Bracarense, (elevada por D. Gaspar de Bragança ao máximo de ostentação e de luxo, (que contaminara o Cabido e todo o Clero Bracarense — em nítido e clamoroso contraste com a população urbana e rural) — D. Frei Caetano Brandão empreende uma radical mudança de hábitos e comportamentos. Desfaz-se desses adornos que serviam e alimentavam as críticas contra o clero e eram motivo de escândalo para a maioria da população da cidade. Todo o fausto e ostentação foram praticamente liquidados pelo novo Arcebispo, levando à Corte eclesiástica mais faustosa do Reino um ambiente rude e espartano. Testemunhará: «despi o Paço que he hum dos mais soberbos edificios do Reino»¹⁷. Os sertões do Pará onde missionara tornara incompatível a aceitação desse luxo e dessa lascívia que atingia gravemente todo o clero bracarense. Tudo paralelo a uma situação apostólica (e social) que lhe lembrava, aliás, as terras brasileiras: «Diocese imensa com mais de 1300 paróquias apinhadas de gente e sem visitas do Pastor há mais de 40 anos — e ainda por cima com um clero ignorante e cheio de vícios»¹⁸ (Clero que dificultava ao máximo toda esta acção» reformadora e apostólica do Arcebispo¹⁹). As carências efectivas desta população e das suas dificuldades, procurava ele remediá-las, seja com as esmolas, seja com auxílio e a construção de Reformatórios, ajudas aos expostos da cidade, etc. Mas não só. A preocupação pelo material, levou-o ao fomento das actividades artesanais e mesteirais; ao fomento agrícola, promoção do ensino, instituindo prémios para os que mais se evidenciassem nesses domínios. No campo social criação de casas de recolhimento, para pobres, expostos, meninos e meninas onde era ministrada a instrução e aprendizagem sob diversas formas. Ainda notáveis preocupações no campo médico-sanitário para a sua cidade, que se devem também registar. Acção notável, deve dizer-se²⁰ mas que

¹⁷ *Memórias para a Historia do Venerável Arcebispo...* ed. cit., T. II, 53.

¹⁸ Idem, 6, 7; 99; 465-471.

¹⁹ Idem, 54-55, 67, 76, 86, 142, 183 e segs.; 262 e segs.; 328, 335, 456, 462, etc.

²⁰ Idem, T. II. Passim.

B.G.U.C. Ms 1705. Carta do Intendente (de 1791) manifestando o maior apreço por esta obra «material» do Arcebispo.

topou de frente com violenta reacção, sobretudo quando a tudo isso se juntou a tentativa de reforma dos clérigos mais relapsos, e dos Benefícios que causavam notório escândalo público. Os editais do Arcebispo, chegaram, por isso, várias vezes a serem rasgados nas portas das igrejas, como aconteceu com os regulamentos e prémios que se destinavam ao fomento agrícola e industrial²¹. Animosidades pessoais, interesses individuais atingidos? Sem dúvida. Mas também forte resistência à inovação, à difusão de conhecimentos, (sempre perigosa para os elementos mais radicais, sempre suspeitosos de ideias novas)²².

Há, pois, e segundo creio, em todo este contexto situações muito concretas e altamente preocupantes para os poderes públicos: a presença de uma efectiva crise económica, sobretudo dos campos. Dificuldades que se alargavam à maioria da população.

As crises cerealíferas estão neste caso — e constituem testemunho inegável de mais uma situação susceptível de aproveitamento. Aprecia-me, por isso registar este facto — sobretudo porque o Intendente o assume como causa directa. (Também porque, por sua vez confirma a panorâmica geral da situação económica e agrícola que traçamos para o país particularmente para a Região do Entre-Douro-e-Minho²³; a presença efectiva de crises cerealíferas que pontearam por vezes com muita gravidade os anos 90 e primeira década do século XIX²⁴. Crises cujas causas são naturalmente várias, (umas vezes agravadas, outras empoladas por outros dados extrínsecos que aqui se não desenvolvem) mas que traduzem um inegável período de dificuldades para a esmagadora maioria da população portuguesa deste período).

Situação difícil a dos anos 90 e primeiros anos de 800 que serviram e alimentaram críticas ao Trono e ao Clero. Os poderes públicos — e o Intendente em particular — procurarão em parte debelá-las erradicando por esta via esse foco de infecção onde alguns «mexiam» já perigosamente.

²¹ *Memórias...* ed. cit. T. II, 86-87.

²² *Idem*, II, 456.

²³ Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães 1630-1813. Propriedade, Exploração e Produção agrícolas no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*. Porto, 1979, 2vols.

²⁴ *Idem*. Vide vol. II.

Em **1791** e precavendo contra aqueles que dessa miséria se aproveitavam refere: «as luzes de V. Ex.^a compreenderão muito bem quais os meios mais adequados para opor uma barreira aqueles que (por essa via-explorando as dificuldades económicas) pretendem revoltar os Povos»²⁵.

Era necessário e urgente acorrer-se a essas situações de carência mesmo que para isso fosse necessário pôr o clero a pedir nas respectivas paróquias para as colmatar²⁶. E confessa em **1801**: «melhorar a situação do País é contribuir para a prosperidade do Estado mas (é) sem dúvida também um dos meios de conservar a tranquilidade pública»²⁷.

Semelhantes situações, são claramente assumidas pelos poderes como geradores de descontentamento, fundamento para críticas ao Altar e ao Trono. Tinham elas então, de facto, um pano económico e social de fundo preocupante.

As crises vinham-se repetindo com assiduidade. Assim o confirma a Vereação de 1791²⁸ como as de 1793²⁹ e 1801, em que tanto num como noutro dos casos se referem as más colheitas e a diminuição sucessiva das mesmas «desde ha nos»³⁰. Dificuldades que se repetem e que, de um modo ou de outro, irão dar azo a agitação social como em **1778-779**, em **1791**, **1796-1797** e **1798-99** (de que resultarão motins e alvoroços populares na cidade³¹. G mesmo sucederá em 1800 e 1803, anos também difíceis cumulados por doenças e febres malignas entre os mais desfavorecidos³². Cresce o número de pobres, de vagabundos, de pedintes e de roubos, que põem em causa a ordem social e atingem o clero³³.

²⁵ B.G.U.C. Ms 1705 (Carta de 1791).

²⁶ Idem. (Carta de 1781).

²⁷ Idem. (Carta de 26/7/1801).

²⁸ Arquivo Municipal de Braga, Liv. de Vereações. Ano de 1791.

²⁹ Arq. Munic. de Braga, *Liv. de Vereações*, 1791.

³⁰ Idem.

³¹ Aurélio de Oliveira, ob. cit., vol. II. Para os anos difíceis do fim do século veja-se o testemunho do Arcebispo: *Memórias* ed. cit. II, 395-402. — *Liv. de Vereações*, anos de 1778, 1789, 1791, 1799.

³² Aurélio de Oliveira, *Demografia e preços agrícolas no Vale do Cávado, 1600-1820*. (a sair brevemente)

³³ Aurélio de Oliveira, *A Abadia de Tibães...* ed. cit. Vol. II. — *Liv. de Vereações da Câmara Munic. de Braga*, anos 1800-1804.

Para este, frequentemente confundidos com a agitação ideológica e política — sintomas de claras atitudes anti-clericais.

A vigilância eclesiástica — através da Câmara — e policial —, através das ordens do Intendente — redobra e particularmente visadas são as tabernas e botequins «onde é notório fazerem-se frequentes consistórios» como se confessa em 1793³⁴. Por outro lado sedes de jogo, maus costumes, prostituição... que tudo isso se juntava e era altamente suspeito nos finais do século³⁵.

Dessas situações difíceis, de miséria mesmo, com sobrecargas excessivas de imposições e cargas fiscais (fossem senhoriais fossem régias) saía o endividamento crónico, o abandono das terras, a negação e recusa ao pagamento dos direitos eclesiásticos. (Assim com os dízimos, votos de Santiago, Laudémios — e outros). Ora o verdadeiro fundamento destas recusas não era líquido para muitos e elas foram frequentemente entendidas, por isso, como indícios de inequívoca presença de ideias e atitudes deletérias, como de comportamentos anti-clericais, informadas de pensamento libertino... que alguns corifeus naturalmente espalhavam. De qualquer modo um laicismo perigoso a queurgia pôr cobro através dos tribunais eclesiásticos e agora sobretudo seculares: «já no antecedente vimos os meios que applicava para arrancar escândalos»..... «Entre as multiplicadas queixas que sempre me estão chegando dos escândalos que vão pelo Arcebispo, escolhi essas poucas, que desejo. V. m. exponha ao meu Protector; para que se lhes dê alguma providencia: e quando elle não queira (por conta das suas grandíssimas occupações, ou outras razões políticas) obrar por si mesmo neste negócio, *pode recomendar ao Intendente Geral da Polícia que o faça*» «...que se o Throno não ajuda os Bispos com estas e outras semelhantes providencias, (acção punitiva de Braço Secular) *actum est de moribus...*»³⁶.

D. Fr. Caetano Brandão é, por vezes, exemplo claro e bem representativo de todos aqueles que entendem tais recusas como manifesto sintoma de irreligião, de jacobinismo de anti-clerica-

³⁴ Arq. Munic. de Braga, Liv. de Vereações, ano de 1793.

³⁵ *Memórias para a Historia do Venerável Arcebispo...* II, 445.

— Arq. Munic. de Braga, Liv. de Vereações anos de 1778, 1779, 1780, 1793, 1800.

— B.G.U.C. Ms. 1705, (Carta de 1799, 1800, e Janeiro/Novembro 1804.

³⁶ *Memórias para a Historia do Venerável Arcebispo...* II, 420, 427; 339/340. (Sublinhado nosso).

lismo (como se aí residisse a causa exclusiva para semelhantes atitudes).

Ao contemplar essas ondas de recusa que atingiram sobremodo a sua diocese, afirma em 1790: «tenho recebido cartas relativas à contestação que novamente se suscita sobre os direitos paroquiais, e ainda que por uma parte me aflija sumamente, ponderando que uma tal tentativa dos povos tão estranha, intempestiva e desacordada não pode deixar de nascer de um certo fundo de irreligião... fazendo-se deste modo rebeldes não só às determinações da Igreja mas ainda às de Estado». E noutro passo: «...relativamente a ofertas ou *Obradas*, como dizem: he huma espécie de insurreição dos Povos contra os seus Pastores que atizada por alguns Letrados, pouco amigos da Religião vai tomando hum aspecto bem desagradável»³⁷.

Se à frente dessas resistências aparecia um ou outro elemento eclesiástico/como aconteceu em algumas das paróquias da Arquidiocese, as imputações eram ainda mais directas e de irreligião e jacobinismo passava-se à heresia, culminando-se as piores penas.

Atitudes e comportamentos aparentemente ainda mais inócuos eram — e foram — tidos como sintoma da presença de jacobinismo, de anti-clericalismo manifesto. Assim o comprova a própria acção do Arcebispo contra o comércio e os homens de negócio de Guimarães em 1798 (medidas similares se haviam tomado para o comércio bracarense já em 1795) ao culminar contra eles a pena de excomunhão se persistissem em fazer o seu comércio aos dias Santos (que eram inúmeros na roda do ano) e Domingos. Fazê-lo era claro sintoma de irreligião, jacobinismo e presença do falso filosofismo. Daí a pena máxima da excomunhão que se lhes cominava. Os homens de negócio, apelam da gravidade da pena, e dos manifestos prejuízos materiais. A sua acção nada tinha a ver com irreligião ou anti-clericalismo). Mas tudo em vão³⁸.

Vejamos, porém, a análise que desse e doutros factos faz o Intendente. Reconhece ele, por exemplo, serem demasiado excessivos os encargos senhoriais e dominicais a que as populações andam submetidas. Dessas directas imposições nascem, frequen-

³⁷ Idem. II, 19-20 e 421, e vide p. segs. também.

³⁸ Arq. Distrital de Braga. *Cartas de D. Fr. Caetano Brandão, 1798.*

— AM. Braga. *Vereações Liv. 1927*, p. 7v.
verdade, idêntica. (Cf. p. 359).

temente todo um outro tipo de males³⁹. Eis, na observação de Pina Manique, como se pode fabricar um perigoso elemento (certamente, anti-clerical, filósofo perigoso, portador de novas doutrinas, ficando ao alcance imediato das penas eclesiásticas e seculares).

Propõe, por isso, moderação para que dessas situações não se criem embaraços para o Trono, mas também para o Altar⁴⁰. De qualquer modo a assumpção, clara, me parece, de que da debilidade e das dificuldades económicas das populações se geram ou podem gerar-se situações de instabilidade ideológica, de que se seguem ataques à Monarquia e ao seu Clero.

E o Intendente está atento, por isso, ao aparecimento dessas situações e ao seu agravamento ou desabusado aproveitamento. E agirá em conformidade não poupando certos elementos do Clero às suas críticas e recriminações.

Intervém, por isso à raiz das reclamações dos Corregedores das Comarcas de Entre-Douro-e-Minho, sobre o comportamento de algum clero e seus apaniguados na crise cerealífera de 1796-97, (naturalmente agravada por reprováveis procedimentos). Exige clara e imediata intervenção do Arcebispo sobre os elementos dele directamente dependentes. E à relutância em que alguns, não obstante, vão permanecer — decide-se agir e a intervir directamente, sobretudo quando a isso se aliava, a sua má conduta moral e civil, como aconteceu na Comarca de Viana em 1800.

A preocupante e situação económica gerou factos, fenómenos e atitudes mentais detectáveis a dois níveis: aceitação da gravidade da situação económica em si (e logo, uma novidade de monta: a assumpção tácita por parte do(s) Poder(s) constituído desse novo actor. Q. j. actor e cor. (á. m. j. co. j. j. e. p. o. j. s. a. n. o. ç. a. o. e. a. a. c. e. j. t. a. ç. ã. o. de. que. da existência destas situações de crise e de dificuldades económicas, podem sair e podem gerar-se problemas de outra índole: ideológico--políticos. Isto é, a noção clara de que à raiz das novas ideias jacobinas podem estar efectivas situações de miséria (que geram descontentamentos sociais que depois se vão concretizar em ataques violentos contra o Trono e o Altar, visando os seus procedimentos, atacando a sua própria fundamentação, criando a partir daí o apelo ao novo, à Reforma, à substituição, e, nas suas

³⁹ B.G.U.C. Ms. 1705. (Carta de 16/3/1791).

⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

formas mais radicais, à sua própria destruição). Factor novo e de monta, creio eu. Pina Manique é claro a esse respeito: é necessário remediar e colmatar rapidamente essas situações de crise e de miséria económica (que existe efectivamente)⁴¹, pois aí se geram situações de descontentamento que estão a ser exploradas pelos «ímpios seguidores das novas doutrinas»⁴².

Algumas situações de alteração da ordem pública e de motins vêm a ser por isso atribuídos já à difusão dessas ideias deletérias como aconteceu no Arcebispado no decurso da década de 90. É manifesto que a partir daí há «agitadores» que pretendem revoltar os Povos (contra o Príncipe e a Igreja). Até situações menos graves e aparentemente inócuas como a brejeirice da juventude chega a ser encarada como sintoma claro da presença de jacobinismo e anti-clericalismo⁴³.

As razões primordiais são atribuídas já directamente à difusão das novas ideias (caso do Arcebispo e outros elementos do clero que aí buscam as causas fundamentais para as recusas ao pagamento dos direitos eclesiásticos — dízimos, foros, votos de Santiago, jantares, laudémios, etc), já a manifestas situações de miséria de crise e de dificuldades económicas. Pina Manique vê isso com nitidez e extrema argúcia. Patentei-as e denuncia-as ao Arcebispo propondo-lhe reformas substanciais, diria mesmo «revolucionárias» para a altura. É manifesto, para o Intendente, que aí reside a principal causa do aparecimento de muitos «hereges», «apóstatas» e «falsos filósofos»).

Chama a atenção para o facto de serem demasiado excessivos alguns encargos paroquiais, por exemplo os pesadíssimos emolumentos que o Clero cobra nos casamentos. Diz: «Como é possível a um pobre jornaleiro ter 3 a 4.000 réis para aprontar seus papéis (note-se que o assalariado agrícola ganhava de jorna cerca de 60 réis por dia)⁴⁴. Ora daí se segue que prefere viver amancebado nos

⁴¹ Que existe efectivamente como se teve ocasião de demonstrar em *A Abadia de Tibães 1630/80-1813...*, (ed. cit.). Eis, pois, mais um claro testemunho de uma situação de facto vivida, e desta feita assumida pelos poderes públicos.

⁴² B.G.U.C. Ms. 1705, (Carta de 25/8/1791 e 1798).

⁴³ Idem, Carta de 1805. Vide também a Pragmática contra os Comerciantes de Guimarães (A.D.B. cit. nota 38).

⁴⁴ Idem, Carta de 1799. (18 de Maio). Vide Aurélio de Oliveira, *Renda Agrícola*.

maus costumes, no mau exemplo, senão mesmo na devassidão. Perseguido pela Igreja e pelo secular como elemento perigoso e daninho (para a Igreja contaminado já pelas ideias dos falsos filósofos) foge e deserta, de que resulta o próprio abandono das culturas, passando a espalhar o mal em terra, vivendo com outras mulheres... passando à vagabundagem e de que se segue todo o outro tipo de males»⁴⁵. Eis para Pina Manique o gérmen donde pode nascer um elemento contestário, um falso filósofo... (que nada tem a ver, como vemos, de elemento portador de novas ideias, ou algo que o possa identificar como um jacobino — embora o seja claramente para certos segmentos sociais (por não querer — mais frequentemente não poder, satisfazer os seus encargos para, com a Igreja). Nasce ou pode nascer não das «novas doutrinas» em si, mas da miséria económica e social. (Mas a partir daí o campo fica aberto para todo o tipo de comportamento e atitudes).

Propõe, por isso, que o clero use de moderação nas suas imposições para que daí não surjam embaraços para o Trono, mas também para o Altar. Propõe mesmo que se extingam de vez tais usos e encargos⁴⁶.

A sua intervenção nas crises cerealíferas dos fins do século (particularmente 1796-97, tem as mesmas razões e obedece a, idênticos raciocínios. E propõe ao Arcebispo que intervenha energeticamente junto de determinados elementos do clero, alguns Párocos, alguns Abades dos Mosteiros da região e seus apaniguados — pois de seus açambarcamentos, actuações e conluios com Rendeiros, escritvães da Câmara e alguns outros da governação tem resultado o agravamento das crises que têm em algum lado dado origem a alterações da Ordem pública, agitações, motins, etc.⁴⁷.

Mais expresso ainda se torna noutros passos em que declara que, como Intendente, lhe compete conservar a tranquilidade pública e prevenir todos os sucessos (isto é, prevenir todas as causas) que «podem deteriorar a prosperidade do Estado e a sua tranquilidade»⁴⁸. A má situação económica é uma dessas causas.

⁴⁵ Idem. *Ibidem* e ainda 1791.

⁴⁶ Idem, 1791.

⁴⁷ Idem. Cartas de 1797 e 1799 bem como a notável e significativa exposição do Corregedor de Penafiel e outra dos Povos de Entre-Douro e Minho.

⁴⁸ Idem. Carta de Julho de 1801.

Por isso se determina a intervir no sector da promoção da Agricultura (medidas que decreta para a criação de gados por exemplo em 1800, solicitando ao Arcebispo faça cumprir essas determinações, e castigue os recalcitrantes. E havia bastantes no Arcebispado — acostumados já, aliás, a resistirem às próprias ordens e pastorais do Arcebispo. Daí resulta o pior exemplo possível, além de não se pôr cobro à degradada situação económica⁴⁹.

Poderemos dizer, em síntese e em conclusão, que para o Intendente melhorar a situação do País é contribuir para a prosperidade do Estado e ainda, e sobretudo, «um dos meios para conservar a tranquilidade pública»⁵⁰.

O próprio Arcebispo chega — como elemento clarividente e observador — a admitir a mesma possibilidade e a mesma razão profunda. Isto é, que à raiz e difusão das «novas doutrinas» estão ou podem estar os males económicos! Rendido pelo que profusamente observara em todo o Arcebispado, que efectivamente acabava de calcorrear, confessa: «desta miséria da Provincia vão os ímpios levantando a cabeça»⁵¹.

Poder-se-iam juntar outros testemunhos da clara assumpção desta realidade por parte do Poder — o que me parece novidade de monta a reter e certamente a explorar.

A outra vertente, não menos importante e que aqui deixo como outro elemento de reflexão: é que estas duas individualidades, sobretudo Pina Manique se dão conta que o que está agora em jogo, não é a Igreja, nem a Moral (ou estão-no apenas marginalmente e como elemento indicador). Mas o Estado. O perigo é agora essencialmente político (enquanto presença de novas fórmulas de organização político-institucional e social).

O factor político parece assim merecer talvez ser equacionado com renovada atenção, e possivelmente sob modalidades várias. Não se trata agora de reprimir uma mera questão religiosa, de costumes, de comportamentos e condutas sociais mais ou menos reprováveis ou mesmo de determinados comportamentos económicos. O perigo é fundamentalmente político e vai agir-se em

⁴⁹ Idem, *Ibidem*.

⁵⁰ Idem. Cartas de 26/7/1801 e 14/10/1802.

⁵¹ *Memórias...* ed. cit. II.

conformidade, (e não obstante algumas manifestações em que essa descriminação não parece tão clara e não obstante também não ter sido capaz de criar antídotos da mesma natureza para lhes fazer frente).

E vem esta nota curiosa talvez ao encontro das «novas» interpretativas do fenómeno político dos fins do Antigo Regime — ainda que por vezes com algum manifesto exagero — segundo penso. Teses, aliás, só aparentemente novas uma vez que frequentemente mais se não verifica que um retomar das primitivas teses sobre a questão⁵².

Parece-me, por outro lado, que este acentuar da faceta político-ideológica é tanto de fazer-se, quanto no caso português, os elementos radicais estão ausentes. Isto é, o perigo é o da reflexão teórica — ou dos sintomas de reflexão teórica, e não das propostas efectivas e radicais da alteração prática da Ordem estatal ou social ou institucional. Perigo, mas apenas ao nível da reflexão (ainda que muito moderadas tenham sido as propostas de Reforma considerados até entre nós os cultores e agentes das novas ideias. São elementos da aristocracia tradicional, da Nobreza, do Clero, poucos da Burguesia (e estes, profundamente entrosada nos dois primeiros). Por seu turno — elemento que me parece altamente decisivo e marcante — são todos de raiz largamente fundiária, matriz que por natureza introduz moderação, estabilidade e continuidade adoçando e moderando enormemente todos os nossos projectos de «reforma». Matrizes, segundo penso, decisivas que deram ao nosso pensamento jacobino e heterodoxo um carácter extremamente benigno, bastante limitado no seu alcance. A gravidade das suas expressões externas só se terá tornado mais notório mercê da força e da desproporção dos remédios que por vezes lhe foram aplicados.

Creio mesmo, por isso — e é outro desafio naturalmente polémico que deixo para crítica e reflexão — que as propostas ou indícios de alteração social e política vão surgir doutro sector: das revoltas populares que abalaram todo o país — mas sobretudo o

⁵² Lembrem-se a este propósito — e como ilustração — as posições assumidas por François Furet (1.^a ed. 1965; 2.^a ed. Pluriel, 1975) como ainda o sucesso de reedições de obras como a de Alfred Cobban (*Le Sens de La Révolution Française*, — Julliard. Paris 1985. Prefaciada por E. Le Roy Ladurie).

Norte — entre 1808 e 1809 (como procuramos já sustentar noutra lugar)⁵³.

Aqueles, mais que alterações profundas das estruturas sociais, religiosas ou políticas visam antes uma reforma e uma adaptação destas últimas. Não a sua substituição e anulação. Sim, uma modernização que seja capaz de vir a incentivar o desenvolvimento do país. O Ideário de algumas Lojas Macçnicas quando coincidem com as Associações dos Amigos do País, como é a novidade de monta do caso da Loja da Madeira, aí está a indiciá-lo segundo penso.

Nesta Loja Maçónica onde está metida toda a aristocracia madeirense desde o Bispo D. José da Costa Torres ao próprio governador (D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho) erige-se como ideário confesso e como objectivo fundamental a promoção da Agricultura, do Comércio e das Artes Mecânicas dentro do esquema institucional estabelecido. (Creio que o mesmo acontece com a única Associação até agora conhecida entre nós*—a de Ponte de Lima, à frente da qual se encontra a melhor aristocracia incluindo o ilustre beneditino Fr. José da Expectação). É evidente que Pina Manique assim não o entende e o Tribunal vai bater à porta daquela curiosa Loja da Madeira, prendendo uns, afugentando outros, e «reconvertendo» as figuras mais gradas. (Bispo e Governador em primeiro lugar).

Ora nas Revoltas populares do Minho o caso é diferente. O conflito social estala, é evidente, e de uma profundidade e extensão como nunca até então se verificara no Portugal Moderno e onde aqui e ali se sente o apelo à subversão da Ordem, da estrutura social — e do próprio Ordenamento Político. Daí o medo, o terror mesmo, que invadiu os sectores mais respeitáveis — e até mais responsáveis (da sociedade portuguesa) face a estes movimentQs⁵⁴. O terreno, na verdade, degradara-se irremediavelmente, estava preparado, estava demasiado fácil e à mercê, não obstante as acções punitivas e a vigilância sufocante do Santo Ofício, levada sem

⁵³ Nossa intervenção ao Colóquio de Coimbra sobre a Revolução Francesa e a Península Ibérica: *As Revoltas Populares do Minho em 1809*. (Comentário a «História porca ou breve resumo das asneiras do nosso Governo em Ponte do Lima» pelo Coronel de Milícias Francisco Pereira Peixoto Sarmento).

⁵⁴ Cf. Francisco Pereira Peixoto Sarmento, *Historia porca ou breve resumo das asneiras do nosso governo em Ponte do Lima*, 1809.

acrimónia a todos os sectores e manifestações. Eis como um observador atento definia a situação portuguesa ao abrir o século XIX (e após discorrer sobre a Igreja, Instituições, Estado, costumes, religião, moral e até economia): «Eis aqui o resumo do perigoso estado em que se acha este Reino constituído em um letargo que parece sono mas que realmente está destituído de forças e de espírito para poder resistir à primeira enfermidade aguda que lhe sobrevier⁵⁵.

Estarão estes condimentos já presentes a partir de 1790 (quicá mesmo antes)? Talvez. E segundo entendo das preocupações do Intendente e do Arcebispo — muito mais de recear que propriamente este «pensamento aristocrático» a não ser quando ele pode agir como mais um rastilho ideológico e anímico que pode pegar-se às outras capas sociais — que não aos seus cultores directos. O perigo do arrastamento e influência que Pina Manique refere ao Arcebispo: «Vou dizer-lhe que sei que algumas das suas ovelhas se achão separadas do Rebanho de V. Exa e andam errantes seguindo doutrinas perigosas e tais que não só com elas se precipitam a si próprias *mas arrastam outras*⁵⁶. Em 1801 repete-se a mesma ideia: não é o comportamento de alguns elementos do Clero que é necessário em si combater mas sim os seus efeitos e consequências: «da desobediência de alguns e da impotência de outros que se faz tanto mais punível *quanto se faz pública e escandalosa aos (outros) habitantes*»⁵⁷. E continua: «que obediência Exm.º Sr. prestarão os Povos às Leis e ordens do Nosso amado Príncipe que respeito terão aos Magistrados, *vendo que os seus Párocos são os primeiros revoltosos que as desprezam e metem a ridículo?... E V. Exa sabe quão tristes e infaustos são as consequências que podem seguir-se...*»⁵⁸. E quando pede ao Arcebispo para que se faça executar as Ordens e as Pastorais contra os trajos e costumes do seu Clero, fá-lo mais pelos outros — pelas consequências — do que pelo Clero em si: «pois que *com isso escandalizam os seculares e dão matéria aos jacobinos de escarnecerem*»⁵⁹. Dirá o Arcebispo, por seu turno,

⁵⁵ D. José Maria de Lucena, ob. cit., 76.

⁵⁶ B.G.U.C. Ms. 1705. Carta de 27/8/1791. Sublinhados nossos.

⁵⁷ Idem. Carta de 26/7/1801.

⁵⁸ Idem. Ibidem.

⁵⁹ Idem. Carta de 1/11/1800.

sintetizando esta realidade «*sempre o exemplo fez impressão mais profunda e durável do que todo o aparato dos discursos*»⁶⁰.

Poder-se-á objectar algum exagero na dicotomia das direcções aqui operadas. Mas é evidente também para nós que esta percepção do perigo político-ideológico (voltamos a frisar que enquanto portadores de novas formas de organização político-institucional e social), como matriz fundamental e nova a registar nos finais do século (por Pina Manique essencialmente) não esconde nem silencia outras componentes e outros perigos que são claramente assumidos. São, porém, uns e outros tratados indiscriminadamente — etiquetados do mesmo modo pelo Trono e pelo Altar, e em conformidade apreciados e «tratados» pelo seu único instrumento de correcção e repressão. Daí que — segundo penso — se justifique a perfeita simbiose no julgamento das situações e — perante os Poderes — a sua igualdade de tratamento. O Tribunal do Santo Ofício — mesmo nas mãos do Intendente — não pode — porque também não conviria descriminar uns ou outros. Daí a exemplaridade de algumas acções registadas nestes fins de século que de facto espantam e impressionam pelo seu rigor e pela qualidade de algumas das pessoas que são atingidas ou visadas⁶¹. Convinha naturalmente aos dois Poderes que assim fosse e os esforços e denúncias de um lado e de outros convergem sempre nessa identificação final. Dirá Pina Manique: «é preciso Missionar os povos» e lançar mão de todos os meios para que o Clero ajude a opor uma barreira aqueles *que pretendem revoltar os povos*»⁶². Propõe uma sólida aliança entre o Trono e o Altar «para contraminar os aproches que os ímpios, libertinos e falsos filósofos têm disposto para lançar por terra a *Religião e a Monarquia*». E continua: «Se a paz e a tranquilidade pública foram sempre em todos os tempos um resultado da União e harmonia entre o Sacerdócio e o Império... *Quanto não é preciso que o Império e o Sacerdócio se unam maiormente no tempo Presente*»⁶³.

⁶⁰ *Memórias para a Historia do Venerável Arcebispo... II, 144. (Sublinhados nossos).*

⁶¹ Theophilo Braga, *ob. cit.*, Tomo III, 113 e segs.

⁶² B.G.U.C. Ms. 1705. Carta de 25/8/1791.

⁶³ *Idem.* Carta de 1798.

Em 1800, a quando do pedido para que o Arcebispo faça prender clérigos por mau comportamento (costumes e não aceitação das suas ordens) volta a recomendar-lhe a *necessidade da «União entre Sacerdócio e o Império»*⁶⁴.

Nesta ocorrência em particular o cuidado de Pina Manique é notável e denota uma perspicácia invulgar. Quando o Corregedor de Viana em cumprimento das suas ordens procede contra os culpados, adverte-o para que se não mostre excessivo no seu zelo e que adormeça um pouco a sua animosidade (que — ao que parece — terá manifestado para com alguns eclesiásticos). Não fosse por excesso de zelo quebrar-se ou dar-se a impressão sequer que se quebrava essa necessária e Santa Aliança! «Ordeno por isso — diz — que deve respeitá-los e *unir-se com eles* por assim o pedir o *dever do Cristão e o Interesse do Estado*» «. É notável esta tirada, pela noção do perigo, sua percepção, a urgência e necessidade do correctivo, mas ao mesmo tempo a necessidade de Equilíbrio não fossem os «ímpios» pensar que até ao Trono estava perseguindo o Clero, fornecendo o maior argumento aos detractores! Reforma sim; dos costumes, dos trajés, dos comportamentos «para que se não escandalizem os seculares» e por essa via dar-se «matéria aos jacobinos de escarnecerem» (isto não obstante D. Frei Caetano Brandão dizer que o clero da sua Arquidiocese — e o de Viana em particular necessitava dos maiores e mais drásticos correctivos. Clero que — nas suas próprias palavras — se encontrava «numa lástima» e «na maior dissolução»)⁶⁵.

No *Plano* que propõe ao Arcebispo para reforma e condução do Clero, volta a ser explícito: é necessário que os Clérigos das Paróquias colaborem «para restabelecer os bons costumes e manter a *bela Ordem na Sociedade* conservando os mesmos Povos *firmez na Fé e na cega obediência ao Príncipe*»⁶⁶. (Dir-se-ia que aqui o seu múnus religioso se esbate e anula perante a sua Missão Maior: «manter os Povos na cega obediência ao Príncipe»)! Missões por

⁶⁴ Idem. Carta de 26/7/1800.

⁶⁵ Idem. Carta de 20/8/1800. (Sublinhados nossos).

⁶⁶ *Memórias para a Historia do Venerável Arcebispo... II, 110. O mesmo dirá* do de outras partes, como por exemplo do de Vila Real cuja situação é, em boa verdade idêntica. (Cf. p. 359).

⁶⁷ B.G.U.C. Ms. 1705. Cartas de 14/10/1802; 25/8/1791.

todo o lado! para assim se «domesticar os povos» (sic) e *deste modo se manter a tranquilidade geral do Reino*»⁶⁸.

Dirá por seu turno o Arcebispo: «Tenho recebido cartas relativas à contestação que novamente se suscita sobre os direitos paroquiais e ainda que por uma parte me aflija sumamente ponderando que uma tal tentativa dos Povos tão estranha, intempestiva e desacordada não pode deixar de nascer de um certo fundo de irreligião... fazendo-se deste modo rebeldes não só às determinações da Igreja *mas ainda às do Estado*»⁶⁹. Idêntica atitude quando contempla a reacção dos comerciantes de Guimarães que reagiram mal à sua pragmática de 1798, sobre o trato aos Domingos e feriados: a resistência provinha do *anticlericalismo* «*nocivo da Igreja e do Estado*»⁷⁰ (pois é sintoma claro para a Igreja de presença e penetração do pensamento jacobino entre os homens de negócio).

Em 1792, e a propósito da promoção das artes e ofícios que incentivava com prémios refere: «Não podião crer os Bragueses que eu tivesse pulso para isto ...pelo que vejo começa meu designio a produzir efeito... diminuir a Miséria Política e combater a ociosidade.... *objectivos úteis à Igreja e à República*»⁷¹.

E, noutro passo:

«Bem sabidos são os estragos que vai causando entre as nações vizinhas o espírito filosófico, este espírito de sedução e de erro que surgindo do poço do abismo parece se quer estabelecer sobre *as ruínas de uma e outra República: a Cristã e a Política*... Mas é pouco arrancar a Religião dos Corações dos homens; *minam-se ainda os mais sólidos alicerces da Sociedade*. Refere, por isso, a *obrigação inalienável de obedecer ao Rei por temor e consciência*... a *proibição severíssima de murmurar e até de formar pensamentos sinistros contra a governação*»⁷².

E a propósito da intromissão e abuso que a realeza e as altas instâncias políticas praticavam no campo dos Benefícios eclesiás-

⁶⁸ Idem. Ibidem.

⁶⁹ *Memórias...* ed. cit. II, 19-20.

⁷⁰ Vide supra referência da nota 38.

⁷¹ *Memórias...* II. ed. cit., 164-165. (Sublinhados nossos).

⁷² Idem, 263. Por isso recomenda e impõe ao clero a estrita obrigação e necessidade de satisfazer para com o Estado os seus encargos fiscais e tributários (E como as Décimas sobremodo revoltavam alguns!...) — cf. *Memórias...* ed. cit. II, 441-442 (anteriores e seguintes).

ticos, dos Impetras, das renúncias, das entradas nos conventos, de que resultava, aliás, a desordem e a relaxação dos costumes assevera para o Monarca: «Não haverá uma alma compadecida que abra os olhos a S. Alteza metendo-lhe em escrúpulo gravíssimo de consciência uma permissão tão *funesta à Igreja como mesmo (ao próprio) Estado?*⁷³ «Abusos e procedimentos donde resultam «males incalculáveis à *Religião e ao Estado*»⁷⁴.

Poder-se-ia continuar com as citações e as referências, que convergem, me parece, numa mesma e idêntica preocupação comum e fundamental que Pina Maniques expressa de modo claro e lapidar ao Arcebispo em carta de 1800: a necessidade da União entre o Sacerdócio e o Império (usando o mesmo escudo de protecção e afirmação que há séculos haviam aprendido a manejar com eficácia e destreza. Só por esse meio seria possível evitar que as novas mensagens abrissem caminhos e sulcos, que escavando um pilar ou outro fariam ruir todo o edifício): «*Se a paz e a tranquilidade pública foram sempre em todos os tempos o resultado da União e harmonia entre o Sacerdócio e o Império quanto não é preciso que o Império e o sacerdócio se unam maiormente no tempo presente e de acordo combatam seus inimigos único meio de que depende a conservação do Altar e o Trono*»⁷⁵.

⁷³ Idem, 276.

⁷⁴ Idem, 381.

⁷⁵ B.G.U.C, Ms. 1705, Cartas de 1791 e 1798.